

EDUARDO CHÁVEZ MOLINA y LETICIA MUÑIZ TERRA
compiladores

El desencuentro

Diferencias de clase en la Argentina desigual

ediciones
**IMAGO
MUNDI**



Colección Bitácora Argentina
DIRIGIDA POR ALEJANDRO FALCO

Eduardo Chávez Molina y Leticia Muñiz Terra (comp.)
El desencuentro. Diferencias de clase en la Argentina desigual.

Buenos Aires: 2021

202 p.; 15,5x23 cm. ISBN 978-950-793-377-6

1. Análisis Sociológico. I. Título.

CDD 305.51

Fecha de catalogación: 12/09/2021

© 2021, Eduardo Chávez Molina y Leticia Muñiz Terra

© 2021, Ediciones Imago Mundi

Hecho el depósito que marca la ley 11.723

Impreso en Argentina, tirada de esta edición: 500 ejemplares

Cómo referenciar este libro con el estándar de Ediciones Imago Mundi

CHÁVEZ MOLINA, EDUARDO Y LETICIA MUÑIZ TERRA

2021 (comps.), *El desencuentro. Diferencias de clase en la Argentina desigual*, Buenos Aires: Ediciones Imago Mundi.

El presente trabajo se presenta como resultado final del proyecto PICT-2015-2602, «Grupos Abiertos, tipo A. La relación entre los procesos de movilidad social, las clases y los modelos de regulación en las esferas productiva, laboral y de protección estatal en los últimos 25 años. Análisis dinámico de la desigualdad en el AGBA». El mismo fue financiado por el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación, Agencia Nacional de Promoción de la Investigación, el Desarrollo Tecnológico y la Innovación, Fondo Nacional de Ciencia y Tecnología, período 2017-2020.

Ninguna parte de esta publicación, incluido el diseño de cubierta, puede ser reproducida, almacenada o transmitida de manera alguna ni por ningún medio, ya sea eléctrico, químico, mecánico, óptico, de grabación o de fotocopia, sin permiso previo por escrito del editor. Este libro se terminó de imprimir en el mes de septiembre de 2021 en San Carlos Impresiones, Virrey Liniers 2230, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, República Argentina.

Sumario

Prefacio	IX
Introducción: la desigualdad social al ritmo de las condiciones laborales	XIII
1 Estructura social y distribución del ingreso. Cambios recientes en las clases ocupacionales de los aglomerados urbanos argentinos (2011-2019). Eduardo Chávez Molina y José Rodríguez de la Fuente	1
1.1 Introducción	1
1.2 Propuesta analítica y contexto socioeconómico	3
1.3 Método	7
1.4 Principales resultados	8
1.5 Conclusiones	15
2 Desigualdades sociales dinámicas: el lugar de la transmisión familiar en las trayectorias laborales de las clases de servicios y trabajadoras. Leticia Muñoz Terra	17
2.1 Introducción	17
2.2 Desigualdades, clases sociales, trayectorias y transmisión familiar: perspectivas teóricas para su abordaje	18
2.3 Método	21
2.4 La transmisión en y hacia la clase de servicios. Trayectorias laborales en la cúspide de la estructura social	24
2.5 Las trayectorias de la clase trabajadora. El lugar de la transmisión en la base de la estructura social	32
2.6 Conclusiones	36
3 Elecciones educativas de los hogares en los aglomerados urbanos entre 2003 y 2019. Pablo Molina Derteano	39
3.1 Introducción	39
3.2 Coordenadas teóricas	40
3.3 Consideraciones sobre la desigualdad en el marco de la expansión	43
3.4 Los ciclos económicos	47
3.5 Método	48
3.6 El análisis descriptivo	49
3.7 Conclusiones	55

VIII

SUMARIO

4	Dinámicas de la (des)igualdad en el paradigma de activación: hacia una reconstrucción en torno a sus sentidos en las políticas de empleo para jóvenes. Eugenia Roberti	59
4.1	Introducción	59
4.2	Dinámicas contemporáneas de la desigualdad: el paradigma de la activación	62
4.3	Las voces de los jóvenes participantes de políticas activas de empleo	65
4.4	«Hacer algo»: (re)significaciones en torno a la activación	66
4.5	Dinero, mérito y desigualdades intracase	71
4.6	Conclusiones	77
5	Querer y poder. Deseabilidades y consumos de tecnologías entre jóvenes. Magdalena Lemus	79
5.1	Introducción	79
5.2	Método	82
5.3	La configuración de deseabilidades.	85
5.4	Iphone	89
5.5	Conclusiones	94
6	Clase y género: distribución de ingresos y trabajo reproductivo durante el resquebrajamiento y recomposición del modelo neoliberal en la Argentina (2003-2019). E. Dichiera, S. Galeano Alfonso, J. L. Pla y M. Riveiro	97
6.1	Introducción	97
6.2	Clases sociales y esferas del bienestar: una articulación posible con perspectiva de género	99
6.3	Producción y reproducción social en la Argentina reciente	101
6.4	Método	104
6.5	Resultados	106
6.6	Conclusiones	114
6.7	Anexo.	116
7	Redes y capital social en el acceso a los puestos de trabajo. Una aproximación a la comprensión de la fragmentación socio-ocupacional de la clase trabajadora. Matías José Iucci	119
7.1	Introducción	119
7.2	Las redes y el capital social de las clases trabajadoras	120
7.3	Método	124
7.4	Redes, capital social y acceso a los puestos laborales en la clase trabajadora	131
7.5	Conclusiones	138
	Autores.	141
	Referencias	143

Prefacio

GRAZIELA PEROSA *

A derrocada das ditaduras militares na América Latina e a ascensão de forças políticas progressistas deram origem nos anos 2000, a uma série de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais e à promoção da igualdade em muitos países da América Latina. Com Hugo Chaves, na Venezuela (1999-2013), Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (2002-2010), Cristina Kirchner na Argentina (2007-2015), muitos países latino americanos experimentaram períodos de crescimento econômico aliado à redução da pobreza a partir dos anos 2000. Os principais líderes políticos do continente entre 2000 e 2015, buscaram romper com as políticas neoliberais de seus predecessores e que possibilitou a emergência de políticas de proteção social, o aumento do gasto público com educação, maior investimento público em infraestrutura, fatores que trouxeram consigo tanto a redução da pobreza, como uma dilatação das classes médias e dos grupos intermediários que aliados à expansão escolar do século XX, ou seja, de dilatação das chances objetivas de concluir a escola secundária e com isso a perspectiva de ingresso no ensino superior, contribuíram para a elevação das aspirações educacionais, dos investimentos educativos e consequentemente, de maiores expectativas sobre o mercado de trabalho.

Apesar da expansão da economia do início do século XX que contribuiu para a saída de amplas camadas da população da extrema

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais na EACH e pesquisadora do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP/EACH/USP).

pobreza, a América Latina segue um continente fortemente desigual, o que ficou ainda mais evidente e dramático quando o mundo é confrontado com uma epidemia como a de 2020. Se já conhecíamos essas desigualdades, elas se tornaram ainda mais visíveis no contexto da epidemia e a perspectiva é de que devem se aprofundar nos próximos anos. Apesar dos níveis altos de desigualdade da América Latina, um exame dos indicadores disponíveis apresenta no interior do microcosmo formado pelos países sul-americanos situações bastante distintas entre os países. Podemos identificar os países, menos desiguais como a Argentina no qual o Coeficiente GINI é de 0,40, no Uruguai de 0,39, ou no Peru com 0,43 aos países mais desiguais do continente como o Brasil, com 0,53 ou o Suriname, com Índices Ginis superiores para o mesmo período.

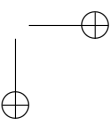
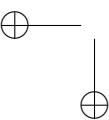
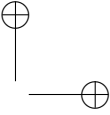
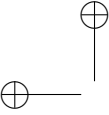
Como sugere Thomas Picketty em seu livro recente, *Ideologia e capital* (2019), as desigualdades de patrimônio, de renda e de educação cresceram em quase todos os países do mundo desde a década de 1980 e sofrem profundas modificações entre os anos de 1990 e 2000, com a consolidação de uma economia digital, que requer maiores níveis educacionais e se caracteriza por uma ampla fragilização do emprego e das relações de trabalho e do enfraquecimento dos sindicatos. Qual é o estado das fraturas sociais na Argentina atual? É precisamente sobre estes últimos 20 anos, um período rico da história da América Latina e da Argentina em particular, que se debruçam os onze pesquisadores reunidos neste livro.

A partir desta configuração histórica rica e complexa, os autores lançam luz sobre os processos de recomposição de grupos sociais na Argentina contemporânea, bem como sobre a sobrevivência de antigas divisões sociais e que atravessam as nossas sociedades. Elas nos remetem às fronteiras materiais e simbólicas que separam os instruídos e dos menos instruídos, os homens e as mulheres, os jovens, etcétera. A principal novidade do livro é apresentar aliar estudos quantitativos e qualitativos para traçar um panorama das relações de classe na Argentina atual, e, portanto, ao final de uma década de políticas de crescente inclusão educacional comum à outros países da América Latina.

Concretamente, acompanhando una tendencia mundial, a Argentina experimentou ao longo del siglo XX una expansión del acceso al sistema de educación y el aumento del nivel de escolaridad de la población en todos los niveles de enseñanza. A taxa líquida de acesso à escola secundária chega atualmente à 91% entre os jovens

argentinos. No Brasil, em Cuba e no Uruguai, as mesmas taxas são de 82%, 84% a 89%, de acordo com os últimos dados da CEPAL (CEPAL/STATS 2017). Uma situação diametralmente oposta a que encontramos entre outros países da América Latina, como Honduras, a Nicarágua e mesmo o Paraguai que apresentam respectivamente, 44%, 48% e 66% dos jovens em idade de 12 a 17 anos matriculados na escola secundária. Como sabemos há décadas, esta etapa da formação escolar é decisiva para os futuros profissionais e tendem a produzir efeitos concretos e de longa duração sobre as trajetórias profissionais. Em relação à maior parte dos países da América Latina, o caso argentino é interessante também por sua particularidade marcada por uma forte generalização do acesso à escola secundária e mesmo ao ensino terciário, onde a taxa bruta de ingresso é de 89%, o que se assemelha ao que encontramos no Chile de 90%. E é muito superior ao que ocorre no Brasil, onde apenas 50% da população total do país tem acesso ao ensino terciário. Apesar dos progressos da difusão da escola e do acesso à escola secundária, todos os países da América Latina, inclusive a Argentina, apresentam taxas inferiores a 50% de jovens que apenas estudam. Uma informação que os novos indicadores educacionais da CEPAL permitem reconstruir a condição juvenil na escala do continente e podendo ao mesmo tempo observar a posição das diferentes nações. De acordo com essas informações, na Argentina apenas 37,5% dos jovens apenas estudam, 34% dos jovens apenas trabalham e 4,6% deles estudam e trabalham.

Os estudos reunidos nesta coletânea se inserem nesta fricção entre as formas de socialização e escolarização e a vida laboral. Neste sentido, os trabalhos reunidos nesta obra seguramente contribuem para uma compreensão mais fina, mais exaustiva e mais rigorosa das desigualdades sociais em um país como a Argentina que resiste às severas crises econômicas dos últimos anos e neste continente fortemente desigual mantém-se em uma posição de vanguarda educacional com maior acesso à escola secundária e ao ensino terciário. Por mais desiguais que as ofertas educacionais nacionais possam ser, por mais cindidas entre a educação pública e privada e suas hierarquias, entre outras subdivisões clássicas dos sistemas de ensino, a generalização do acesso à escola secundária tende a ampliar exponencialmente as aspirações e os investimentos educacionais até mesmo em contextos de forte desemprego.



Introducción: la desigualdad social al ritmo de las condiciones laborales

LETICIA MUÑIZ TERRA y EDUARDO CHÁVEZ MOLINA

En la vida cotidiana mujeres y varones solemos hacernos una serie de preguntas sobre nuestras inserciones ocupacionales actuales y futuras que dan cuenta de los miedos y peligros que enfrentamos: ¿podremos mantener el empleo que tenemos?, ¿conseguiremos ocupación en el futuro?, ¿estaremos empleados por tiempo indeterminado?, ¿recibiremos un buen salario?, ¿nos llevaremos bien con compañeras y compañeros?, ¿tendremos que poner el cuerpo en el trabajo?, ¿será peligroso?

Estas preocupaciones suelen ser producidas como efecto de un clima social particular que deja traslucir en la actualidad el miedo a ser despedidos o empleados en forma precaria, afectando no solo los ingresos y las condiciones de vida que se poseen sino también las garantías de sostenimiento de quienes no están activos en el mercado laboral: niñas, niños, jóvenes y también, en forma directa, a jubilados y pensionados.

Dicha intranquilidad afecta de manera distinta a los/as trabajadores/as. Las desigualdades en relación con la formación educativa, la experiencia laboral, los talentos y habilidades, sus conexiones, su género, su edad y obviamente el acceso a soportes familiares y colectivos diversos tienden a promover incertidumbres diferenciales. Mientras unos pocos acaparan recursos materiales y simbólicos, muchos otros, por no decir millones, ven reducidas sus posibilidades y son arrojados al desasosiego cotidiano.

Este libro se termina de publicar en tiempos de pandemia del COVID-19, y busca poner de relieve las distancias y los desencuentros sociales, ya sea mostrando los vínculos, los recorridos, las brechas y/o las disparidades en las clases sociales. Desde un inicio nos centramos en el empleo, y los salarios asociados, la estructura social, las trayectorias, los programas sociales, los capitales sociales y los recorridos que promueven, junto la distribución de los ingresos.

Atravesamos contextos que alimentan estas preocupaciones, el enclaustramiento o la morigeración del movimiento, para impedir la propagación abrupta de la pandemia por un lado y los procesos de automatización en las empresas productoras de bienes, la tecnología incorporada en las empresas de servicios, o por las plataformas de logísticas e intermediación que con el aislamiento social han crecido de forma considerable, precipitan ciertos comportamientos en los mercados laborales, propiciando, cuanto menos, un cambio de lógicas en la demanda de empleo.

Sumado a ello, y más allá del contexto pandémico, los modelos de negocios modifican en forma continua los mecanismos de creación de productividad y ganancias, generando un fuerte impacto en las formas organizadas e institucionales de la contratación de fuerza de trabajo.

Este complejo panorama nos invita entonces a preguntarnos ¿qué puede suceder en la Argentina actual con la estructura ocupacional, con las clases sociales, y sus relaciones?

Cada cierto tiempo, por no decir de manera recurrente, asistimos a la embestida de las asociaciones empresarias que señalan las complejas vicisitudes que «deben obligadamente padecer» ante los cumplimientos de los compromisos laborales con sus trabajadoras y trabajadores, y que se expresa a través del salario. Resuena en este contexto, el eco de las palabras formulada por varones empresarios que sostienen, a sombra de sus apellidos: «¡es necesaria la reforma laboral!».

Desde el año 2016 hemos escuchado casi en forma ininterrumpida la idea de bajar los costos laborales a través de reducir los porcentajes que deben abonar por despidos y aportes patronales de contratación. Con la excusa de hacer más competitiva la economía argentina vía la reducción de gastos y costos salariales, proponen depreciar el salario y asimilarlo exclusivamente a las condiciones de productividad y ganancias de las empresas, lo cual no es lo extraño, sino desatado de los seguros sociales que protegen al trabajador/a.

Junto a ello, se aplican modelos de negocios en los que imperan formas de contrataciones laborales precarias pero legales: contratos a prueba, contratos por tiempo determinado y/o transitorios, contratos basados en locaciones de obra y servicios, subcontrataciones, y externalizaciones que se encuentran presenten con creciente importancia en el mundo laboral.

Asimismo se profundiza como modelo extremo la figura de las «formas colaborativas» de empleo, donde se cumple el procedimiento del pago mínimo de la fuerza de trabajo, con un salario casi a destajo, despojando con este instrumento al trabajador de una posible vinculación equitativa en la ya conocida relación asimétrica entre trabajadores y empresarios.

¿Cómo pueden comprenderse este proceso que estamos atravesando? Existen desde nuestro punto de vista algunas pistas analíticas que valen la pena considerar:

- 1) en el orden capitalista actual la igualdad social y la libertad son parte constitutivas de la confrontación y del orden social;
- 2) los derechos laborales y sociales son el resultado de los alcances de esa confrontación;
- 3) el sistema mundo actual y nuestro país en particular se encuentran transitando un capitalismo tardío o flexible en el cual se observa la tensión entre la primacía de la idea de libertad de los negocios y la regulación estatal de las actividades y resultados de las transacciones.

Como es sabido, las enérgicas discusiones en torno a los grado de libertad e igualdad posibles en el capitalismo han sido acuñados por corrientes ideológicas liberales y críticas. Mientras las corrientes liberales sostienen que se logra una mayor igualdad cuando se garantizan libertades, derechos políticos y civiles individuales, las miradas críticas señalan que la igualdad se alcanza a través de los derechos colectivos.

Esta controversia da cuenta de la importancia de los conflictos de clases, es decir muestra la relevancia de disputa entre quienes tienen más o menos derechos, recursos (económicos, educativos, etcétera) y acceso a soportes institucionales.

Ahora bien, ¿cómo se expresan estas ideas de manera más concreta en la realidad? ¿de qué forma estas cuestiones teóricas se hacen visibles en la Argentina actual?

Esta disputa es concretamente tangible en el mundo del trabajo y su impacto en la estructura social. En los países centrales, aunque

con diferencias de matiz según la nación, se ha llevado a cabo un fuerte proceso de desmantelamiento de la capacidad de demanda de trabajadores y trabajadoras. Este proceso, comenzó a expresarse a principios de los años ochenta, lo cual puede verse retratado muy bien en la que ha sido llamada la «batalla de Orgreave», que tiene muchas aristas comparativas con el mundo sindical de los países latinoamericanos. Orgreave, pequeña ciudad ubicada en South Yorkshire, Inglaterra, en la cual se produjo una gran confrontación del movimiento sindical minero ante los embates de las políticas (neo) liberales de principios de los ochenta. La recreación de este acontecimiento realizada por el artista plástico Jeremy Deller desplegada a partir de un verdadero teatro de masas, da cuenta de la última gran confrontación de la clase trabajadora inglesa ante los embates de las políticas (neo) liberales. Como bien sintetiza el periodista Ángel Ferrero «Thatcher entabló un encarnizado combate con su némesis, Arthur Scargill, el presidente de la National Union of Mineworkers (NUM), el sindicato británico de la industria minera». El plan de Thatcher pasaba por «la acumulación de grandes stocks de carbón, alentar la contratación de conductores no sindicados de empresas de transporte, estrangular las cajas de resistencia de los mineros y crear grandes unidades móviles de policías (PSUs) para aplastar a los piquetes móviles». Según este periodista a la primer ministro inglesa no le tembló el pulso a la hora de echar mano de los servicios secretos, creando una sección del MI-5 exclusivamente destinada a destruir, por todos los medios, al sindicato minero.

El objetivo de esta estrategia, fue principalmente quebrar la NUM, a la sazón columna vertebral del movimiento sindical británico. La batalla de Orgreave implicó así el inicio de las grandes derrotas y transformaciones del movimiento sindical británico y europeo en general.

Aunque este acontecimiento puede ser recordado como un hecho simbólico e inaugural inglés, puede sostenerse que inspiró el despliegue de acciones estatales similares en varios países centrales y significó consecuentemente el inicio de una serie de modificaciones, que afectaron fuertemente las condiciones laborales, y con ello el tipo de prestaciones y derechos existentes, mercantilizando así instituciones que hasta la fecha estaban reguladas por marcos colectivos de administración sin fines de lucro tales como las jubilaciones y la salud.

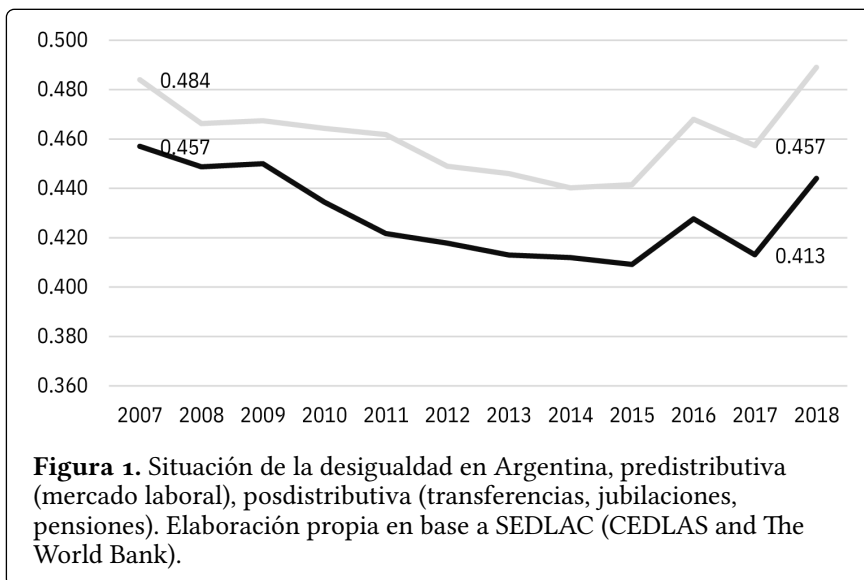
Las estrategias de descolectivización inauguradas en los años setenta por la dictadura militar y continuadas a partir de los años noventa por el gobierno (neo) liberal, se conjugaron con la liberalización de los negocios (*business freedom*), estimulando el advenimiento de aquello que Boltanski y Chiapello (2002) nominaron «nuevo espíritu del capitalismo», espíritu que promueve el individualismo, la gestión de sí y el mérito propio como expresión del «ser ideal», exitoso en las sociedades actuales. Sin embargo, resulta paradójico que, tal como nos recuerda Oliver Natchwey en *La sociedad del descenso*, el mercado laboral regulado y el Estado social, preceptos que para la mirada (neo) liberal son enemigos de la libertad, fueron, un requisito fundamental para la realización del individuo moderno.

Paradójico o no, la cuestión es que la mercantilización de servicios de carácter público fue el primer plano de reformas, y con ello los cambios en el mundo laboral, expresado en la limitación de la perdurabilidad en el empleo, y el ajuste de la vida laboral a las condiciones de los modelos de negocios que implementaban las empresas.

De allí surgen particularidades que han configurado las condiciones laborales actuales: precarización, pauperización, y externalización del trabajo asalariado. Las particularidades que asume el mercado laboral, la interacción de la demanda empresarial, el arbitraje estatal y la oferta de calificaciones de trabajadoras/res, genera el primer proceso distributivo, generando lo que el lector puede imaginar: a mayor regulación del contrato mayor igualdad distributiva, a menores regulaciones salariales, mayor desigualdad distributiva.

Las consecuencias laborales y económicas anteriormente señaladas, han derivado en el despliegue de políticas compensatorias, tales como las políticas de transferencias de ingresos por parte de los gobiernos para mitigar las desigualdades intrínsecas a este nuevo capitalismo flexible. Estas políticas que han sido nominadas como posdistributivas, pueden ser pensadas como políticas de inclusión excluyente, en tanto intentan incluir a quienes el mercado laboral (a través de sus política predistributivas) ha dejado fuera del mundo del trabajo.

En nuestro país «La batalla del Congreso» en el marco de modificaciones parciales del cálculo de las jubilaciones, también conocida como la reforma parcial previsional, del 14 de diciembre de 2017, fue en algún sentido el formato más reciente de confrontación entre el mundo asalariado y su futuro, siendo este sector, los trabajadores



del sector de servicios público, y privados, y trabajadores industrializados formalizados quienes protestaron masivamente sobre los intentos de reformas, que fue acompañada por un dispositivo policial pocas veces visto en la última década en Argentina. Este proceso, que terminó en una verdadera batalla campal entre fuerzas del orden y fuerzas sindicales, culminó en una victoria parcial de la administración del gobierno de Mauricio Macri (2015-2019), que presentó todas las características de victoria pírrica por su posterior derrota electoral, y puso en escena y en la calle a la organización sindical argentina, que en los niveles de empleo protegido, alcanza un alto grado de sindicalización, en relación al resto de los países de Latinoamérica.

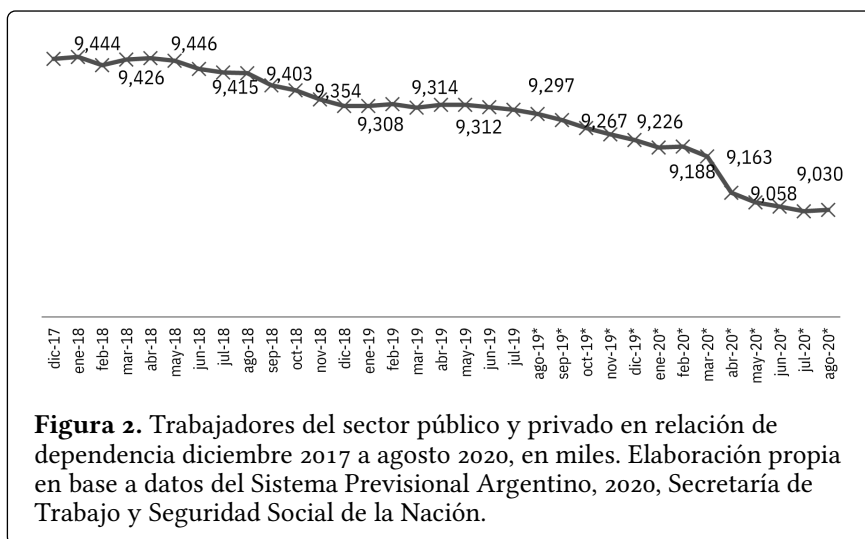
Asimismo, en los últimos tiempos, y frente a un cambio de orientación del gobierno en el poder bajo la fórmula Alberto Fernández y Cristina Fernández, se evidenció un reacomodamiento del mapa empresarial, que manifiestan públicamente la necesidad de darle un rumbo más productivo que financiero al modelos de acumulación. En este mismo sentido, vale la pena mencionar al CEO de Mercado Libre Marcos Galperín, este empresario, cuya compañía tiene un capital estimado que asciende a USD 29 000 millones aproximadamente, ha logrado montar un modelo de negocios que a veces imita al Amazon de Jeff Bezos y luego del triunfo electoral del PRO en el

INTRODUCCIÓN:...

XIX

año 2017, no dudaba en declarar en la famosa reunión del gabinete de Macri con empresarios en la que se ofrecía una ruta posible de reformas neoliberales que: «las propuestas de reforma fiscal y laboral anunciadas son un buen paso para generar más empleo y seguir bajando la pobreza en la Argentina».^[1]

Así en el contexto, con pandemia y crisis económica Argentina actual, observamos con preocupación que los procesos promovidos por los empresarios tienden a flexibilizar cada vez más las condiciones trabajo, aumentando la desigualdad distributiva en el mercado laboral y haciendo necesaria la implementación de mayores transferencias posdistributivas para paliar los desequilibrios que se dan enmarcados en una menor regulación.



Los modelos de negocios han traído subcontrataciones, externalizaciones laborales, formatos denominados eufemísticamente colaborativos vías las plataformas informáticas, la negociación de hecho empresa-empendedor en las unidades económicas, vía la proliferación de franquicias, contratos a plazos, reducciones de jornadas, entre otros factores, por lo cual las regulaciones laborales, han caminado detrás de dichos procesos, que implican necesariamente legislaciones acordes a la protección, tomando como parámetro la

[1] <https://www.baenegocios.com/politica/Empresarios-salieron-a-respaldar-las-reformas-que-impulsa-el-Gobierno-20171107-0022.html>.

capacidad de nuevas formas de empleo que generan las estrategias empresariales.

Pero no solo eso, sino que han promovido un aumento de la desigualdad social que se ha visto profundizado con el advenimiento de la pandemia. Como sostienen varios documentos (CEDLAS 2020; CIPPEC 2020) los efectos de la crisis provocada por el COVID son más graves para quienes se mueven en la informalidad y en el cuentapropismo en general, sobre todo, si se trata de tareas que no se pueden realizar a distancia.

Este libro es el resultado de colaboraciones y discusiones realizadas sobre estas temáticas durante los años 2015 y 2019 por el equipo de investigación dirigido por el doctor Eduardo Chávez Molina en el marco del Programa Cambio Estructural y Desigualdad Social del Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Universidad de Buenos Aires y el equipo de investigación sobre Desigualdades Sociales y Trayectorias laborales dirigido por la doctora Leticia Muñiz Terra radicado en el Centro Interdisciplinario de Metodología de las Ciencias Sociales (CIMECS), unidad de investigación del Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (IdIHCS) de la Universidad Nacional de La Plata y CONICET. El libro repone, concretamente, las discusiones sobre las desigualdades sociales y sus múltiples aristas (de clase, de generaciones, de género) enfocando específicamente la mirada en las particularidades que asumen las diferencias y el alejamiento entre las clases sociales y en su interior en la Argentina a fines de 2020.

En el capítulo 1, titulado «Estructura social y distribución del ingreso: cambios recientes en las clases ocupacionales de los aglomerados urbanos argentinos. 2011-2019», Eduardo Chávez Molina y José Rodríguez de la Fuente analizan la evolución de la estructura de clases en la Argentina reciente enfocando la mirada en las transformaciones ocurridas en el período 2011-2019, década signada por dos modelos económicos distintos: el período 2011-2015, de tradición intervencionista y desarrollista y el 2016-2019, neoconservador. En particular, en este capítulo los autores se preocupan por un lado, por mostrar la desigualdad de ingresos a partir del cambio de gobierno en 2016 y por otro lado, por poner de relieve cuáles fueron las clases sociales que resultaron «ganadoras» y «perdedoras» en dicha distribución en los diferentes períodos.

En el capítulo 2, nominado por Leticia Muñiz Terra «Desigualdades sociales dinámicas: el lugar de la transmisión familiar en las

trayectorias laborales de las clases de servicios y trabajadoras», se analiza la importancia de la transmisión familiar en la configuración de las trayectorias de clase con el objeto de visibilizar el lugar que ocupa la herencia material, la transmisión familiar simbólica y la apropiación subjetiva de dicha transmisión en la configuración de trayectorias previsibles e imprevisibles, de reproducción o ascenso social. Se enfatiza, en particular, en la idea de que las trayectorias de clase en la base y la cúspide de la estructura social, pueden ser comprendidas como una articulación de los soportes institucionales a los que tienen acceso las distintas clases con las dimensiones subjetivas que intervienen en dichos procesos.

En el capítulo 3, «Elecciones educativas de los hogares en los aglomerados urbanos entre 2003 y 2019», Pablo Molina Derteano presenta una descripción de las elecciones educativas de los jóvenes de acuerdo a la clase social del hogar. En concreto analiza las tendencias en el logro de terminalidad educativa media (efecto piso) y en la decisión de continuar los estudios una vez terminados los estudios secundarios de los jóvenes. Se señala específicamente que, a pesar de que hay una expansión educativa y mayor acceso a la educación superior, persisten las diferencias de clase en las chances de lograr terminar el secundario, situación que contribuye a la reproducción de las desigualdades sociales de origen.

En el capítulo 4, «Dinámicas de la (des)igualdad en el paradigma de activación: hacia una reconstrucción en torno a sus sentidos en las políticas de empleo para jóvenes», Eugenia Roberti enfoca concretamente la mirada en la clase trabajadora, analizando al interior de la misma los sentidos que otorgan los jóvenes de esta clase a los programas de activación de empleo implementados por el Estado. En particular se preocupa por mostrar los mecanismos y razones que brindan los jóvenes en su acercamiento a estas políticas, los usos del dinero que despliegan y las estrategias legítimas que delinean a partir de estos programas.

El capítulo 5, «Querer y poder. Deseabilidades y consumos de tecnologías entre jóvenes», Magdalena Lemus estudia las relaciones entre la posición de clase y la construcción de deseos y consumos de tecnologías digitales, poniendo el foco en las diferencias y desigualdades que pueden surgir en los jóvenes de la clase de servicios. En particular muestra las distintas configuraciones en torno al deseo y la apropiación de tecnologías digitales entre jóvenes de esta clase social.

En el capítulo 6, «Clase y género: distribución de ingresos y trabajo reproductivo durante el resquebrajamiento y recomposición del modelo neoliberal en la Argentina (2003-2019)», Eugenia Dichiera, Jéssica Pla, Silvana Galeano Alfonso y Manuel Riveiro, analizan las desigualdades poniendo en acento en las diferencias de género, pero principalmente en clave de clase social, lo cual les permite observar que dicho clivaje explica con fuerza dichas desigualdades. Dentro del esquema propuesto, la clase y el género, son así variables que, inter-relacionadas, explican desigualdades en ingreso laboral.

En el capítulo 7, «Redes y capital social en el acceso a los puestos de trabajo. Una aproximación a la comprensión de la fragmentación socio-ocupacional de la clase trabajadora», Matías Iucci analiza las particularidades de las redes sociales que posee la clase trabajadora, centrando su interés en las diferencias y heterogeneidades que se evidencian al interior de esta clase en relación a las redes sociales en las que se insertan y a las modalidades y estrategias que despliegan para articular su capital social con su inserción ocupacional.

Este libro pretende en definitiva, caracterizar y comprender, en el marco del complejo contexto en que encontramos el desencuentro entre las clases, y las distancias y diferencias que pueden establecerse entre las múltiples aristas de las desigualdades sociales en la Argentina pre pandemia. Desde nuestro punto de vista, el conocimiento de este pasado reciente, se transforma en una labor necesaria para comprender e interpretar, más adelante, la real vulnerabilidad de nuestras sociedades pospandemia.